

BELO HORIZONTE, 7 de janeiro de 2020

Edição n. 6 – 2 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020

APRESENTAÇÃO

De caráter meramente informativo, este Boletim de Precedentes permite a consulta unificada aos processos abaixo enumerados, no âmbito do STF, STJ, TST e TRTMG, auxiliando magistrados e servidores na adoção de providências alusivas à suspensão de processos e aplicação de teses jurídicas fixadas.

Confira-se os principais andamentos nos processos **de interesse da Justiça do Trabalho**, relativos a:

- a) Repercussão Geral,
- b) Ações de Controle Concentrado (ADI, ADC, ADPF),
- c) Incidente de Recurso de Revista Repetitivo (IRRR), Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e demais Casos Repetitivos¹,
- d) Incidente de Assunção de Competência (IAC) e
- e) Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (ArgInc).

Para otimizar a navegação, disponibilizaram-se links para o conteúdo de maior interesse.

A equipe do Nugep coloca-se à disposição para eventuais dúvidas ou sugestões.

E-mail: nugep@trt3.jus.br

Telefone: (31) 3228-7194

¹ Recurso Extraordinário (RE), Recurso Especial (REsp), CC (Conflito de competência) e Embargos de Divergência (Embargos).

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Para consulta aos principais temas de Repercussão Geral, clique [aqui](#).

Tema: 897

Processo: RE 852.475

Título: Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: Trânsito em julgado em 06/12/2019.

Tema: 990

Processo: RE 1055941

Título: Possibilidade de compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, obtidos pela Receita Federal no legítimo exercício de seu dever de fiscalizar, sem autorização prévia do Poder Judiciário.

Determinação de suspensão: NÃO

Eventos: Tese firmada em 4/12/2019. [Ata de julgamento](#) publicada em 11/12/2019.

ADI, ADC E ADPF - STF

Para consulta às principais ações de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF), clique [aqui](#).

ADI 5938

Título: Ação direta de inconstitucionalidade em face da expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento”, contida nos incisos II e III do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inseridos pelo art. 1º da Lei 13.467/2017.

Determinação de suspensão: NÃO (Tema julgado).

Evento: Trânsito em julgado em 09/12/2019.

ADI 6267

Título: Ação direta de inconstitucionalidade em face dos arts. 28 e 51, incisos II e XXI, da MP n. 905, de 11/11/2019, na parte em que alteraram os arts. 67, 68 e 70 da CLT, bem como demais normas que dispunham anteriormente sobre o repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos e o trabalho em feriados.

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: Distribuída em 26/11/2019.

ADC 11

Título: Ação declaratória de constitucionalidade do art. 1º-B da Lei Federal 9.494, de 10 de setembro de 1997, acrescentado pelo art. 4º da Medida Provisória 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor em razão do disposto no art. 2º da Emenda Constitucional 32/2001.

Determinação de suspensão: NÃO (Tema julgado).

Evento: Trânsito em julgado em 10/12/2019.

ADC 57

Título: Ação declaratória de constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995 (Lei Geral de Concessões).

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: [Acórdão](#) publicado em 05/12/2019.

IRRR - TST

Para consulta aos temas de IRRR, clique [aqui](#).

Tema: 10

Processo: TST-IRR-0001325-18.2012.5.04.0013

Título: Direito de adicional de periculosidade, decorrente da exposição do empregado à radiação ionizante oriunda de equipamentos de Raio-X móvel em emergências e salas de cirurgia.

Determinação de suspensão: NÃO (Tema julgado).

Evento: [Acórdão](#) de ED publicado em 19/12/2019.

IAC - TST

—

ARGINC - TST

Para consulta aos temas de ArgInc do TST, clique [aqui](#).

Processo: ArgInc-24059-68.2017.5.24.0000

Título: Arguição de inconstitucionalidade do § 7º do art. 879 da CLT. Débitos trabalhistas. Índice de correção monetária aplicável. Taxa Referencial (TR).

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade [distribuído](#) em 9/12/2019.

IRDR - TRTMG

Para consulta aos temas de IRDR do TRTMG, clique [aqui](#).

Processo: IRDR n. 0011325-36.2018.5.03.0000

Título: IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil - Alteração de cláusulas de plano de saúde.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: Julgamento não concluído na sessão plenária do dia 12/12/2019. Mantido em pauta para prosseguimento.

IAC - TRTMG

—

ARGINC - TRTMG

Para consulta aos temas de ArgInc do TRTMG, clique [aqui](#).

Processo: ArgIncCiv-0011811-21.2018.5.03.0000

Título: Arguição de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Eventos: Embargos de declaração acolhidos em 12/12/2019. Acórdão pendente de publicação.

PAUTA DO TRIBUNAL PLENO

—

DESTAQUES

2019 - Principais decisões e teses fixadas em repercussão geral, controle concentrado, casos repetitivos, incidentes de assunção de competência e de arguição de inconstitucionalidade. STF, TST e TRT da 3ª Região.

STF

Repercussão Geral e Controle Concentrado

Repercussão Geral julgada

Tema 137. RE 590871

Tese firmada: É compatível com a Constituição da República de 1988 a ampliação para 30 (trinta) dias do prazo de oposição de embargos à execução pela Fazenda Pública. [Acórdão publicado](#) em 28/11/2019.

Tema 149. RE 594435

Tese firmada: Compete à Justiça comum o julgamento de conflito de interesses a envolver a incidência de contribuição previdenciária, considerada a complementação de proventos. [Acórdão publicado](#) em 03/09/2019. Modulação dos efeitos. [Acórdão publicado](#) em 23/09/2019.

Tema 725. RE 958252

Tese firmada: É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. [Acórdão publicado](#) em 13/09/2019.

Tema 739. ARE 791932

Tese firmada: É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o art. 949 do CPC. [Acórdão publicado](#) em 06/03/2019.

Tema 810. RE 870947

Teses firmadas: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. [Acórdão publicado](#) em 20/11/2019.

Controle Concentrado

ADIs julgadas

ADI 5090

Objeto: Ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, em face do art. 13, caput, da Lei Federal n. 8.036/1990 e do art. 17, caput, da Lei Federal n. 8.177/1991. Medida cautelar concedida para determinar a **suspensão** de todos os feitos que versem sobre a matéria, até julgamento do mérito pelo STF. [Decisão publicada](#) em 10/09/2019.

ADI 5794

Objeto: Ação direta de inconstitucionalidade. Direito do trabalho. Lei 13.467/2017. Alterações nos arts. 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT. Revogação dos arts. 601 e 604 da CLT. Inclusão do art. 611-B-XXVI na CLT. Contribuição Sindical. Desconto em folha. Autorização prévia. Supressão da Compulsoriedade do Recolhimento. [Acórdão publicado](#) em 23/04/2019.

ADI 5938

Objeto: Ação direta de inconstitucionalidade em face da expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento”, contida nos incisos II e III do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inseridos pelo art. 1º da Lei 13.467/2017. [Acórdão publicado](#) em 23/09/2019.

ADCs julgadas

ADC 11

Objeto: Art. 1º-B da Lei Federal 9.494, de 10 de setembro de 1997, acrescentado pelo art. 4º da Medida Provisória 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor em razão do disposto no art. 2º da Emenda Constitucional 32/2001. [Acórdão publicado](#) em 28/11/2019.

ADC 26

Objeto: Art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995 (Lei Geral de Concessões). [Acórdão publicado](#) em 09/09/2019.

ADC 57

Objeto: Art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995 (Lei Geral de Concessões). [Acórdão publicado](#) em 05/12/2019.

ADPF - julgada

ADPF 324

Tese firmada: 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993. [Acórdão publicado](#) em 06/09/2019.

TST

IRRR, IAC e ArgInc

IRRRs julgados

Tema 10. TST-IRR-0001325-18.2012.5.04.0013

Tese firmada: DIREITO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, DECORRENTE DA EXPOSIÇÃO DO EMPREGADO À RADIAÇÃO IONIZANTE ORIUNDA DE EQUIPAMENTO DE RAIOS-X MÓVEL EM EMERGÊNCIAS E SALAS DE CIRURGIA. I - A Portaria nº 595/2015 do Ministério do Trabalho e sua nota explicativa não padecem de inconstitucionalidade ou ilegalidade. II - Não é devido o adicional de periculosidade a trabalhador que, sem operar o equipamento móvel de Raios X, permaneça, habitual, intermitente, ou eventualmente, nas áreas de seu uso. III - Os efeitos da Portaria nº 595/2015 do Ministério do Trabalho alcançam as situações anteriores à data de sua publicação. [Acórdão publicado](#) em 13/09/2019.

Tema 14. TST-IRR-1384-61.2012.5.04.0512

Tese firmada: REDUÇÃO ÍNFIMA DO INTERVALO INTRAJORNADA DE QUE TRATA O ART. 71, *CAPUT*, DA CLT. DEFINIÇÃO E EFEITOS. INCIDENTE SUSCITADO RELATIVAMENTE A CASOS ANTERIORES À LEI Nº 13.467/2017, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 71, § 4º, DA CLT. A redução eventual e ínfima do intervalo intrajornada, assim considerada aquela de até 5 (cinco) minutos no total, somados os do início e término do intervalo, decorrentes de pequenas variações de sua marcação nos controles de ponto, não atrai a incidência do artigo 71, § 4º, da CLT. A extrapolação desse limite acarreta as consequências jurídicas previstas na lei e na jurisprudência. [Acórdão publicado](#) em 10/05/2019.

Tema 17. TST-IRR-239-55.2011.5.02.0319

Título: Cumulação de Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade amparados em fatos geradores distintos e autônomos.

Tema julgado em 26/09/2019. Acórdão pendente de publicação.

IAC julgado

Tema 2. TST-IAC-5639-31.2013.5.12.0051

Título: Gestante. Trabalho Temporário. Lei 6.019/1974. Garantia Provisória de Emprego. Súmula 244, item III, do TST.

Tese firmada: É inaplicável ao regime de trabalho temporário, disciplinado pela Lei n.º 6.019/74, a garantia de estabilidade provisória à empregada gestante, prevista no art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Acórdão pendente de publicação.

ArgInc julgada

TST-ArgInc-696-25.2012.5.05.0463

Objeto: Arguição de Inconstitucionalidade da alínea "f" do inciso I e dos §§ 3º e 4º do art. 702 da CLT, com a redação conferida pela Lei n. 13.467/2017.

Adiado o julgamento em 20/03/2019. Processo suspenso por decisão judicial (aguarda julgamento da ADC 62).

TRT DA 3ª REGIÃO

IRDR, IAC e ArgInc

IRDREs julgados

Tema 2. IncResDemRept-0011103-68.2018.5.03.0000

Tese firmada: **Relação de emprego doméstico. Multas dos artigos 467 e 477 da CLT.**

Aplicabilidade. Consoante expressa previsão do art. 19 da Lei Complementar nº 150/2015, acerca da aplicação subsidiária das disposições contidas na CLT, incidem ao contrato de trabalho doméstico, extinto a partir de 01/06/2015, as multas previstas nos arts. 467 e 477 da CLT. [Acórdão publicado](#) em 22/08/2019.

Tema 3. IncResDemRept-0011161-71.2018.5.03.0000

Tese firmada: **Recurso. Concessão de prazo para comprovação ou realização do**

preparo. O preparo tanto em relação às custas quanto ao depósito recursal deve ser realizado e comprovado no prazo alusivo ao recurso, não tendo aplicação o disposto no § 4º do artigo 1.007 do CPC tendo em vista a existência de norma processual trabalhista regulando a matéria (§ 1º do art. 789 da CLT e art. 7º da Lei n. 5.584/70). Somente a insuficiência do preparo realizado e/ou o equívoco no preenchimento das guias correspondentes ao recolhimento das custas e do depósito recursal autorizam a intimação da parte para sanar o vício no prazo

improrrogável de 5 (cinco) dias (§§ 2º e 7º do art. 1.007 do CPC). [Acórdão publicado](#) em 1º/08/2019.

IRDRs admitidos

Tema 4. IncResDemRept-0011146-05.2018.5.03.0000

Título: Auxílio refeição. Banco do Brasil. Empregados admitidos antes de set/1987. Natureza jurídica. Salarial x indenizatória.

Não há suspensão.

Tema 5. IncResDemRept-0011325-36.2018.5.03.0000

Título: IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil - Alteração de cláusulas de plano de saúde.

Não há suspensão.

IAC julgado

Tema 1. IAC 0010100-78.2018.5.03.0000

Tese firmada: **Autarquia municipal. Serviços de fornecimento de água e esgoto.**

Execução. A autarquia municipal que presta serviços públicos essenciais de saneamento básico, sem objetivo de acumular patrimônio e distribuir lucros faz jus às prerrogativas da fazenda pública, especialmente no que toca à execução por meio de precatório. [Acórdão publicado](#) em 1º/08/2019.

ArgInc julgada

ArgInc-0011840-71.2018.5.03.0000

Editada a Súmula n. 73: Arguição Incidental de Inconstitucionalidade. Atualização Monetária dos Débitos Trabalhistas. Art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991 e art. 879, §7º, da CLT (Lei nº 13.467/2017). I - São inconstitucionais a expressão "equivalentes à TRD", contida no caput do art. 39 da Lei nº 8.177/1991 e a integralidade do disposto no § 7º do art. 879 da CLT, inserido pelo art. 1º da Lei nº 13.467/2017, por violação ao princípio constitucional da isonomia (art. 5º, caput, da CR), ao direito fundamental de propriedade (art. 5º, XXII, da CR), à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CR), ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º) e ao postulado da proporcionalidade (decorrente do devido processo legal substantivo, art. 5º, LIV, da CR). II - Nos termos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357 e 4.425 e na Reclamação nº 22.012 e pelo Tribunal Superior do Trabalho na Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000479-60.2011.5.04.0231, aplica-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) para

atualização monetária dos débitos trabalhistas até 24/03/2015, e a partir de 25/03/2015, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VOCÊ SABIA?

- A **lista completa** dos temas e ações correspondentes encontra-se disponível no Portal deste Tribunal, menu “[Jurisprudência](#)”.
- Os **Boletins de Precedentes** podem ser consultados no Portal TRTMG, menu “Jurisprudência”, “Boletim de Precedentes - TRT-MG”, ou [neste link](#).
- Os processos sobrestados em virtude de julgamentos de repercussão geral, casos repetitivos e incidente de assunção de competência devem ser confirmados diariamente, nos termos do art. 13, § 3º, da Resolução CNJ n. 235/2016.